

Senado mostra a arte plástica do Brasil

Todos os estados se encontram representados na exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, inaugurada ontem no Salão Negro pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. A mostra, que fica aberta ao público até o dia 2, promove e reforça, segundo Renan, a riqueza e a diversidade da cultura nacional.

Página 8



Verônica e Renan Calheiros, Efraim Morais, Iris de Araújo, artistas e convidados inauguram exposição

Comissão amplia acesso de estudante ao ProUni

A Comissão de Educação aprovou projeto permitindo que as bolsas excedentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) sejam destinadas a estudantes que tenham cursado ensino médio em escolas privadas na condição de bolsista parcial. Também foi acolhida por unanimidade a prorrogação até 2016 dos incentivos contidos na Lei do Audiovisual.

Página 7

Dois ex-presidentes dos Correios e 14 integrantes das empresas Skymaster e Beta são citados em relatório do deputado José Eduardo Cardozo

CPI pede indiciamento de 16 pessoas



Cardozo (ao microfone, ao lado de Delcídio Amaral e Asdrúbal Bentes) apresenta seu relatório à CPI dos Correios

"Poucas vezes vi corrupção tão atestada e comprovada", afirmou ontem o sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo, ao divulgar relatório em que pede ao Ministério Público o indiciamento de 14

pessoas ligadas às empresas de transporte aéreo Skymaster e Beta. O documento requer ainda que sejam indiciados, por improbidade, dois ex-presidentes dos Correios – Hassan Gebrim e João Henrique de Almeida Souza.

Página 4

Palocci será convidado a depor até 10 de dezembro

Ministro da Fazenda deverá comparecer à CPI dos Bingos na condição de convidado, mas será solicitado a assinar termo de compromisso de falar a verdade perante os membros da comissão.

Página 3

Okamoto: pagamento teve finalidade contábil

O presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, confirmou à CPI dos Bingos que pagou em dinheiro, na tesouraria do PT, a quantia de quase R\$ 30 mil que Lula recebeu a título de diárias em 2001.

Página 3

Gabinete 24 Horas para todos os senadores

O presidente do Senado lançou ontem o Gabinete 24 Horas, programa elaborado pelo Prodasen, que permite aos parlamentares, utilizando *notebooks*, acessar, de qualquer cidade do país, a rede do Senado Federal.

Página 2

Isenção de IPI na compra de mototáxi

A compra de motocicleta destinada ao transporte autônomo de passageiros pode ficar isenta de cobrança do IPI. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Página 5

Comissões definem emendas ao Orçamento

Duas comissões do Senado definiram ontem suas emendas ao Orçamento. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária quer destinar R\$ 1,2 bilhão a programas como competitividade no setor agrícola. A Comissão de Educação pretende assegurar R\$ 550 milhões a empreendimentos na área de cultura e educação infantil, entre outros.

Página 5



Senadores querem destinar recursos à modernização e à competitividade da agricultura

Programa oferecerá um *notebook* a cada parlamentar, que poderá, de qualquer cidade do país, acessar a rede do Senado

Geraldo Magela



Renan e Petrônio Carvalho, diretor do Prodasen, acompanham demonstração do programa

Senadores conectados pelo Gabinete 24 Horas

Cumprindo a promessa de implantar os instrumentos necessários ao pleno desempenho do trabalho parlamentar, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou ontem o Gabinete 24 Horas, programa elaborado pelo Prodasen que consiste na disponibilização de um computador portátil (*notebook*) para cada senador, com capacidade de conexão por meio de rede com fio e sem fio.

– Esse programa vai dotar os gabinetes de muito mais condições para que os senadores possam exercer com mais agilidade e prontidão o seu mandato – afirmou Renan.

O diretor do Prodasen, Petrônio Barbosa Lima de Carvalho, explicou que os *notebooks* permitem que os senadores acessem a rede do Senado Federal estando em Brasília ou em outra cidade, inclusive utilizando recursos da Rede Virtual Privada com a mes-

ma segurança na transmissão e recepção de dados.

Ainda como parte do programa Gabinete 24 Horas, os senadores receberam novos computadores. A exemplo do Plenário, a rede sem fio foi ampliada para as salas das comissões permanentes, possibilitando o acesso imediato dos parlamentares às informações que necessitarem.

Desarmamento

Representantes das entidades que compõem a chamada Rede Desarma Brasil, que defenderam o voto “sim” no referendo sobre a proibição da comercialização de armas e munições, entregaram a Renan uma carta em que, entre outras reivindicações, pedem a criação de um Ministério da Segurança Pública. Também foi sugerida a formação, no âmbito do Congresso, de comissão para monitorar a implementação do Estatuto do Desarmamento.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Empresária de transporte que denunciou propina fala à CPI dos Bingos

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos retoma a investigação de irregularidades nos contratos da prefeitura de Santo

André e sua relação com o assassinato do ex-prefeito Celso Daniel. Prestará depoimento a empresária de transporte Rosângela Gabrielli,

autora das denúncias de que os secretários da prefeitura cobravam propina das empresas que tinham contratos com o município.

Publicidade do governo é investigada pela Sub-Relatoria de Contratos

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios começa a investigar as agências de publicidade com contratos na administração pública. A partir

das 10h, vai ouvir representantes das agências Giacometti, Dennis Aurélio Giacometti; Fisher América, Eduardo Groisman; e Lowe, Paulo Roberto dos Santos.

Relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apurou que as agências tomaram cerca de R\$ 90 milhões dos cofres públicos.

Plenário: homenagens a Afonso Arinos e ao Dieese

O Senado promove sessão especial, às 11h, em homenagem ao centenário de nascimento do ex-deputado, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-senador Afonso Arinos de Melo Franco. Já às 14h, a hora do expediente da sessão comemora os 50 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). A pauta está trancada por medida provisória.



Comissão de Justiça vota calendário para defesa de Capiberibe

A representação que assegura o direito de defesa do senador João Capiberibe (PSB-AP), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por denúncias de compra de votos, vai ser discutida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30. O senador recorre da decisão, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Logo depois, a CCJ vota emendas ao Orçamento de 2006 e ao Plano Plurianual.

Regras para contratação de agentes comunitários

Às 11h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa projeto para obrigar que a contratação de agentes comunitários de saúde, quando efetivada mediante vínculo indireto, observe o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (PLS 106/05). Outra proposta em pauta autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências (PLS 299/04).



Emendas ao Orçamento

Às 10h, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vai discutir as emendas do colegiado ao projeto da Lei Orçamentária de 2006 e ao Plano Plurianual. As emendas também são tema da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h30, e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h.

Pelo fim da violência contra a mulher

Para marcar o início da campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, a Comissão do Ano da Mulher Latino-Americana exibe o filme *Estamira*, às 19h, no Auditório Petrônio Portella. Realizada em todo o mundo, a campanha quer mostrar que agressões às mulheres são violações aos direitos humanos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Mão Santa e Leonel Pavan

Política econômica vai bem, diz Renan

Comentar especulações só ajuda a concretizar os objetivos dos especuladores. A opinião é do presidente do Senado, Renan Calheiros, quando indagado sobre o possível afastamento de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda. Para Renan, ninguém é mais apropriado para conduzir a política econômica do que Palocci, que tem credibilidade para, inclusive, promover as mudanças necessárias.

– A política econômica está indo bem, mas precisamos fazer uma sintonia fina: nem um superávit de 6,7% nem ganância sem critérios – declarou.

O senador afirmou que Palocci colocou-se à disposição para falar à CPI dos Bingos, como fez na Comissão de Assuntos Econômicos, na semana passada.

– Tudo que o ministro disser colabora para resolver a crise, enquanto que o silêncio pode fermentá-la mais ainda – concluiu.

Testemunha fala sobre morte de Toninho do PT

A CPI dos Bingos aprovou a criação de uma subcomissão destinada a ouvir, em caráter sigiloso, o garçom de codinome Jack que teria ouvido todo o plano para o assassinato do prefeito de Campinas (SP) Antonio da Costa Santos – o Toninho do PT –, consumado em 2001.

O depoimento deverá ser realizado na próxima segunda-feira. A subcomissão será integrada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Magno Malta (PL-ES) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Jack, que é testemunha do assassinato do ex-prefeito, está protegido pelas autoridades policiais na forma da lei. A subcomissão também fará uma acareação com os supostos assassinos de Toninho do PT que se encontram presos.

Ministro poderá decidir sobre assinatura do termo de compromisso de falar a verdade. No entanto, o presidente da comissão de inquérito, Efraim Morais, diz que oitiva só acontecerá se o termo for assinado

Palocci será convidado a depor na CPI dos Bingos até 10 de dezembro

Senadores da oposição e da base do governo que integram a CPI dos Bingos fecharam acordo ontem para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, preste depoimento até o dia 10 de dezembro.

A incerteza sobre a votação do requerimento de convocação do ministro gerou impasse na reunião da CPI que tomou o depoimento do presidente nacional do Sebrae, Paulo Okamoto. Entretanto, os senadores conseguiram chegar a um consenso e deixaram por conta do presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), a tarefa de marcar a data do depoimento.

– O presidente Efraim está autorizado a convidar o ministro e ele virá até o dia 10 de dezembro. Foi só uma deferência que a comissão fez ao ministro, mas o seu depoimento

vai servir de prova para a comissão – afirmou o relator da CPI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Com o “entendimento político”, como Efraim classificou o acordo, Palocci deverá assinar termo de compromisso de falar a verdade perante a CPI, para que a oitiva tenha validade jurídica.

– O depoimento só acontecerá se ele assinar o termo de compromisso, caso contrário não o faremos – ressaltou Efraim, ao lembrar que os senadores desejam ouvir as explicações sobre denúncias de irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto (SP) à época da gestão de Palocci.

Okamoto

Para o presidente da CPI dos Bingos, o depoimento do amigo pessoal do presidente da República, Paulo Okamoto, não trouxe esclareci-

mentos convincentes, o que motivou Efraim a sugerir a quebra do sigilo bancário do depoente.

– Okamoto não conseguiu explicar a situação do empréstimo, como pagou e de onde veio o dinheiro. Ele não deixou claro como efetuou esse pagamento, nem as razões de ter pago uma dívida do presidente Lula – afirmou Efraim.

A CPI colhe hoje o depoimento de Rosângela Gabrilli, empresária do ramo de transporte, que vai falar sobre contratos de sua empresa com a prefeitura de Santo André (SP), quando o petista Celso Daniel era prefeito. Já Hélcio Barbosa Cambraia depõe amanhã. Ele é acusado de envolvimento no esquema de tráfico de influência na renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech.



Célio Azevedo

Segundo José Jorge, ao dizer que política econômica “é do governo”, Lula piorou situação de Palocci

José Jorge: “Lula complicou a vida do ministro”

José Jorge (PFL-PE) observou que o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira, quando disse que a política econômica “é do governo”, acabou prejudicando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a quem ele pretendia defender.

– O presidente complicou mais a situação do ministro – opinou.

O senador comentou ainda resultados da última pesquisa CNT/Sensus, que registra queda na popularidade do presidente Lula.

Crise política imobiliza o país, lamenta Iris

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) indagou até quando o país terá que viver em função das denúncias contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ela lembrou que até recentemente o ministro era considerado imprescindível.

A senadora lamentou que questões reais estejam esquecidas e manifestou preocupação com a “angústia do setor produtivo”, a situação das estradas federais e a falta de recursos para o combate à febre aftosa.



Roosevelt Pinheiro

Iris indaga até quando o país viverá em função das denúncias contra o ministro da Fazenda



Paulo Okamoto (segundo à esquerda) disse que repasse do PT a Lula foi adiantamento ao então funcionário do partido, para viagem oficial ao exterior

Okamoto: conta foi paga para fechar balanço contábil

Paulo Okamoto confirmou à CPI dos Bingos que pagou em dinheiro, junto à tesouraria do PT, a quantia de R\$ 29.436,26 para cobrir despesas, principalmente com viagens e diárias ao exterior, realizadas em 2001 pelo então pré-candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e por sua mulher, Marisa Letícia. O presidente do Sebrae informou que os débitos foram quitados em 2003.

Militante do PT e amigo de Lula, Okamoto afastou qualquer possibilidade de o PT ter feito um empréstimo a Lula para pagar as despesas. Segundo ele, os recursos repassados ao então pré-candidato à Presidência da República foram legais e na forma

de adiantamento, uma vez que Lula era funcionário do partido e viajou ao exterior em missão partidária oficial.

Para ele, trata-se de um fechamento do balanço contábil envolvendo a rescisão do contrato entre Lula e o partido. De acordo com Okamoto, a tesouraria do PT não havia descontado as despesas na homologação da rescisão do contrato. Daí a decisão de Okamoto de pagar a pendência com o objetivo de fechar a conta.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), estranhou as acusações de supostos abusos do uso do Fundo Partidário para cobrir despesas, principalmente com viagens a trabalho. Ele apresentou uma lista contendo

nomes de parlamentares do PFL que, afirmou, atesta que a oposição gasta “muito mais que o PT”.

Na lista, aparece o nome do líder do PFL, José Agripino (RN), que viajou pelo partido à Argentina e recebeu R\$ 675 por dois dias. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quer que o senador devolva o dinheiro. Agripino apresentou recurso, que ainda será julgado.

Mercadante defendeu a investigação em todos os fundos partidários. Ele informou que o TSE quer que o PFL devolva R\$ 91.716 gastos com diárias consideradas irregulares. José Agripino acha normal o recebimento de diárias, já que passa recibo e as declara em seu imposto de renda.



ACM cobra informações sobre a transação do filho do presidente Lula com a Telemar

ACM: respostas são insuficientes e contraditórias

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou “insuficientes e contraditórias” as respostas dos ministérios da Fazenda e das Comunicações ao seu requerimento sobre a transação entre a Telemar e a empresa de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Lula.

O parlamentar afirmou que o Ministério da Fazenda “informa que nada pode informar”, porque a Comissão de Valores Mobiliários desconhece a totalidade das transações “dado o seu valor inexpressivo”.



César Borges recebe apoio de senadores ao contestar transposição do São Francisco

César Borges critica ministro Ciro Gomes

César Borges (PFL-BA) criticou o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, chamando-o de “autoritário e fascista” e dizendo que ele ataca os adversários com termos chulos a pedido do presidente da República.

O senador defendeu o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), criticado por Ciro. Em apartes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) apoiaram as considerações do senador.

Relatório parcial aponta crimes de fraude, superfaturamento, evasão de divisas, falsidade ideológica, formação de quadrilha e tráfico de influência em contratos da estatal

CPI pede indiciamento de 16 pessoas ligadas a licitações dos Correios

O sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), em relatório parcial apresentado ontem, pediu o indiciamento, pelo Ministério Público, de 14 pessoas ligadas às empresas de transporte aéreo Skymaster e Brazilian Express Transportes Aéreos (Beta) e dos ex-presidentes dos Correios Hassan Gebrim e João Henrique de Almeida Souza. O deputado afirmou ainda existirem suspeitas de tráfico de influência na conduta do ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira no processo de prorrogação do contrato da Skymaster com os Correios. Foi concedida vista do relatório ao deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

Os indiciados terão que responder por crimes de fraude em licitação, superfaturamento de contratos com remessa de divisas ao exterior, falsidade ideológica, formação de quadrilha e tráfico de influência.

– Poucas vezes vi corrupção tão atestada e comprovada – afirmou Cardozo.

O deputado explicou aos membros da CPI dos Correios que houve um verdadeiro conluio entre a Skymaster e a Beta para vencer as licitações e dividir a operação da Rede Postal Noturna (RPN). Essas vitórias eram



Delcídio Amaral acompanha a leitura do relatório por José Eduardo Cardozo (ao microfone)

obtidas geralmente por dispensa de licitação, que era dirigida. Os preços oferecidos por ambas – e por outras empresas satélites constituídas para complementar o cenário de concorrência, como a Aeropostal – eram superfaturados.

O superfaturamento gerou um prejuízo de pelo menos R\$ 64,8 milhões aos cofres da estatal. E mais: o valor é aproximado ao das remessas feitas ao exterior, de R\$ 69,7 milhões, por meio de contratos falsos de arrendamento de aeronaves e aquisição de peças de aviões. Das contas da empresa, foram sacados R\$ 30 milhões diretamente no caixa, fato que causou estranheza ao sub-relator.

Tudo em família

A empresa da qual a Beta e a Skymaster compravam peças de reposição era a Skytrade, com sede em Miami e em nome de Rodrigo Otávio Savassi, filho de Luiz Otávio Gonçalves, dono da Skymaster. As empresas das quais arrendavam os aviões eram a Quintessential e a Forcefield, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas. Quem representa a primeira é Kesia Maria do Nascimento Costa, que mora no mesmo endereço de João Marcos Pozzetti, diretor administrativo da Skymaster. José Tomaz Simioli, dirigente da Forcefield, é sócio da Skycargas, outra empresa do conglomerado.

Saques em dinheiro pela Skymaster serão investigados

José Eduardo Cardozo, sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, afirmou que o relatório parcial sobre as franquias da estatal deverá ser apresentado dentro dos próximos dias. O deputado informou que a sub-relatoria concentrará suas forças nos supostos saques de R\$ 30 milhões realizados pela Skymaster na “boca do caixa”. Segundo a empresa, o montante era utilizado para pagamento de fornecedores, explicação que o sub-relator considerou absurda.

– Esse dinheiro pode ter sido utilizado em propina ou financiamento de campanhas eleitorais. Temos que seguir o fio da meada. Vamos investigar, com o apoio do Ministério Público, para chegar aos finais destinatários desses recursos, que podem ser autoridades e agentes políticos – destacou.

Cardozo apresentou ontem relatório parcial sobre os contratos da Rede Postal Noturna. Segundo ele, toda a atuação do setor nos Correios tem de ser revista. Acrescentou que a Skymaster é apenas a primeira empresa na mira da CPI.

O deputado enfatizou que os técnicos da comissão estão trabalhando, paralelamente, em outros três módulos: Informática, Publicidade e Outros Contratos.

– Temos muitas outras auditorias a fazer e, conforme elas forem realizadas, vamos fechando os outros relatórios parciais – explicou.

CPI só termina quando todos os relatórios forem apresentados

A despeito das especulações sobre a antecipação do fim da CPI dos Correios, o presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), afirmou que não há decisão tomada a esse respeito, e garantiu que os trabalhos só serão encerrados quando os relatórios de todas as sub-relatorias tiverem sido concluídos. Ele informou que o assunto foi discutido em reunião de líderes.

– Em função do andamento dos trabalhos, vamos conversando com os partidos e com os sub-relatores, para verificar qual é a data mais adequada – ponderou.

Com a prorrogação, a CPI, que cessaria em dezembro, obteve autorização para funcionar até abril de 2006. No entanto, a antecipação do fim das investigações para fevereiro, para que estas não interfiram no calendário eleitoral, começou a ser discutida nos últimos dias.

– Temos uma base de dados extraordinária, mas precisamos apresentar resultados – alertou Delcídio.

Nesse sentido, ele disse que o relatório da Sub-Relatoria de Contratos indica que a CPI está no caminho certo.

– Trata-se de relatório muito técnico, detalhado, com muita consistência. Ao ser encaminhado ao Ministério Público, após sua aprovação pela comissão, ele irá ensejar uma série de investigações importantíssimas, que culminarão nas devidas providências que precisam ser tomadas – observou.

Renan quer proposta do TSE em projeto

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, defendeu a idéia de que a proposta do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Mário Velloso, para inibir a prática do chamado caixa dois, seja transformada em projeto de lei do Senado.

Renan Calheiros espera que os líderes da Casa se manifestem hoje sobre a proposta. Se acolhida, começará a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Entre outras medidas, o tribunal propõe que as contas dos candidatos possam ser abertas a qualquer momento, até o término do mandato dos eleitos.



Eduardo Suplicy sugere ao presidente americano uma renda básica para a população do Iraque

Suplicy propõe a Bush adoção de renda mínima

Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou conversa com o presidente dos EUA, George W. Bush, durante a recente visita dele ao Brasil, em que sugeriu a adoção no Iraque de sistema em vigor no Alasca, para gerar condições de paz.

– Deveríamos estimular o Iraque a seguir o exemplo do Alasca, que distribui anualmente uma renda básica à sua população – afirmou o senador a Bush. A resposta do presidente norte-americano, segundo o senador, foi: “We are working on that”, *nós estamos trabalhando nisso*.

Suplicy se disse “surpreso e satisfeito” com a reação de Bush. O senador já havia apresentado a idéia, em 2003, a Sérgio Vieira de Melo, então coordenador das ações da ONU no Iraque.



Em nota, senadores defendem acervo do Convento das Mercês

Por iniciativa do líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), e apoiada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), senadores da base governista e da oposição pediram em nota que o governo intervenha junto ao

Ministério da Justiça para garantir a preservação do acervo da Fundação da Memória Republicana no Maranhão, que reúne mais de 550 mil objetos e documentos do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP) – foto. A nota

atribui à disputa política no estado a ameaça de retirada do acervo do Convento das Mercês: “O país não pode ser vítima de uma manobra paroquial que pretende atingir politicamente a pessoa do estimado senador José Sarney”.

Argumentam os senadores que o artigo 216 da Constituição determina que os documentos privados dos presidentes da República são de interesse público e integram o patrimônio cultural brasileiro.

Comissões definem emendas à Lei Orçamentária Anual de 2006

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) definiu ontem as cinco emendas que apresentará à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2006, com valor global da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Desse total, R\$ 650 milhões se destinam ao Ministério da Agricultura; R\$ 486,16 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; e R\$ 100 milhões à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As propostas selecionadas tratam de:

– Mecanização agrícola, a partir das propostas das senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE).

– Pesquisa e desenvolvimento de produtos de origem vegetal,

de Gilberto Goellner (PFL-MT) e Sérgio Guerra.

– Apoio a projetos para territórios rurais, de Ana Júlia Carepa (PT-PA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Mão Santa (PMDB-PI) e Osmar Dias (PDT-PR).

– Apoio à defesa agropecuária, de Osmar Dias (PDT-PR).

– Apoio a projetos para o setor agropecuário, de Romero Jucá (PMDB-RR), Sérgio Guerra e Serys Slhessarenko (PT-MT).

Educação

A Comissão de Educação (CE) também aprovou emendas à Lei Orçamentária. As cinco emendas acolhidas somam R\$ 550 milhões e reservam recursos para cultura, educação infantil, ensino profissional, ciência e tecnologia e comunicações.

Assuntos Econômicos aprova isenção de IPI para mototáxi

Projeto sugere que benefício fique restrito a motores entre 120 e 150 cilindradas e se estenda às matérias-primas utilizadas na fabricação dessas motocicletas



Membros da CAE aprovaram proposta de Leonel Pavan sobre transporte de passageiros e a indicação de nome para diretoria do Cade

A compra de motocicleta destinada ao transporte autônomo de passageiro, na modalidade de serviço denominada mototáxi, pode ficar isenta de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião na manhã de ontem, aprovou em decisão terminativa projeto com esse objetivo, de autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

Conforme o texto da proposta (PLS 280/04), a isenção pode ficar restrita às motocicletas dotadas de motor entre 120 a 250 cilindradas. Além disso, apenas quando adquiridas por mototaxista profissional ou cooperativa que presta esse serviço, nos dois casos desde que tenham autorização, permissão ou concessão do poder público.

Na prática, a proposição estende aos mototaxistas vantagem que a legislação já assegura aos proprietários de táxis convencionais.

Pavan afirma que a categoria vem prestando serviço imprescindível à sociedade, pela rapidez com que executa sua atividade. Observa ainda que esse serviço possui a vantagem de reduzir o volume de tráfego nas cidades, com menos poluição e grande economia para o país.

O projeto limita o acesso ao benefício a aquisições de motocicletas fabricadas a cada três anos. Também garante a isenção fiscal às matérias-primas e produtos intermediários utilizados na industrialização das motos, bem como ao material de embalagem destinado ao transporte.

Cade

A CAE aprovou ainda a indicação de Abraham Bezaquen Sicsú para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nascido no Tanger, Marrocos, mas com cidadania brasileira, Sicsú é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP).

Aprovados créditos externos para União e Bahia

A CAE aprovou ontem duas operações de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird), uma em favor da União, no valor de US\$ 502,52 milhões, e outra em favor da Bahia, no valor de US\$ 54 milhões. As duas matérias têm pedido de urgência para exame em Plenário.

Os recursos destinados à União deverão compor as reservas internacionais do Brasil, com possibilidade de uso para pagamento de parcelas da dívida externa. O empréstimo destinado à Bahia deverá financiar parcialmente a segunda fase do projeto de combate à pobreza em municípios do interior (Produzir II).



Heráclito preside reunião ao lado de Joísa Dutra, Edvaldo Santana e Jaconias Aguiar

Infra-Estrutura aprova nomes de dois novos diretores da Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado aprovou ontem a indicação da Presidência da República de dois novos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): Joísa Campanher Dutra e Edvaldo Alves de Santana. O primeiro nome recebeu 20 votos favoráveis e 3 contrários, enquanto o segundo foi aprovado por 21 votos sim e 2 não. As designações

serão submetidas ao Plenário.

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou sua satisfação diante da decisão do governo de indicar nomes para preencher cargos de direção da Aneel que estão vagos desde maio. Para ele, a demora faz parte da política do governo de esvaziamento das agências, que começa pelo contingenciamento de verbas e passa pela demora na indicação dos diretores.

Interstício de dois dias pode acabar, anuncia Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que pretende acabar com o interstício de dois dias que hoje é respeitado, por acordo partidário, antes da votação de uma medida provisória pelo Plenário. Expli-

cou que as MPs estão chegando ao Senado já nos últimos dias para apreciação e o interstício acaba prejudicando o exame. Lembrou que a MP 258/05, que criava a Super-Receita Federal, acabou não sendo votada na

última sexta-feira porque os senadores só tiveram um dia útil para sua votação.

Renan fez a comunicação quando o líder do PFL, senador José Agripino (RN), solicitou o adiamento, por um dia, da

votação da Medida Provisória 260/05, que constava da ordem do dia de ontem. A MP abre um crédito extraordinário de R\$ 350 milhões à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Parecer apresentado ontem à comissão postula o indiciamento de pessoas envolvidas em atos de violência no campo e malversação de dinheiro público

Relatório final da CPI da Terra deverá ser votado amanhã

A votação do relatório final da CPI da Terra foi adiada para amanhã, devido a pedido de vista coletivo apresentado ontem pelos deputados Jamil Murad (PCdo B-SP) e Abelardo Lupion (PFL-PR), ao final da leitura do parecer elaborado pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE).

O relatório aponta a concentração fundiária como uma das principais causas da violência no campo e recomenda a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que estabelece a expropriação de áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo. A proposta, de autoria do então senador Ademir Andrade, já foi aprovada pelo Senado e atualmente tramita na Câmara.

O parecer assinala ainda que a questão agrária brasileira é marcada por conflitos coletivos envolvendo a terra e pela violência contra trabalhadores rurais. Segundo o texto, cerca de 1,6% dos proprietários com imóveis acima



Senador Alvaro Dias ouve leitura do relatório elaborado pelo deputado João Alfredo

de mil hectares detêm 46,8% do total da área cadastrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no país, enquanto mais de 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais "procuram um pedaço de chão para trabalhar".

Além de recomendar ao Ministério Público o indiciamento de pessoas envolvidas em ilícitos, como atos de violência ou mal-

versação de dinheiro público, o relatório encaminha sugestões de ajustes na legislação agrária ao Congresso e de ações administrativas ao Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. A CPI da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR), foi criada no final de 2003 com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária do país.

Alvaro Dias culpa poder público pela violência no campo

O presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), criticou, em discurso, a desorganização da estrutura fundiária brasileira e culpou o Estado pela violência no campo. Ele comentou, em Plenário, o relatório final da comissão, apresentado ontem.

– A violência é um capítulo à parte. Alguns acusam os proprietários rurais, outros acusam os trabalhadores sem terra, e eu acuso o poder público pela violência no campo, porque não cumpre seu dever com competência nem gerencia o setor com eficiência.

Na opinião de Alvaro, a ausência de autoridade do governo Lula para exigir o cumprimento da lei estimulou conflitos agrários. Ele criticou também as cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acusadas de desvio de verbas. Em aparte, Heloísa Helena (PSOL-AL) também acusou o governo de irresponsabilidade na execução da reforma agrária.



Osmar Dias aponta dados oficiais que atestam a queda na produção

Osmar cobra medida para solucionar crise na agropecuária

Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo ao presidente da República para que adote políticas públicas capazes de resolver a crise do setor agropecuário brasileiro. O senador exibiu dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que demonstram a tendência de queda na produção e receita do setor desde 2004.

O parlamentar alertou que, se nada for feito a respeito, a situação do setor agropecuário poderá tornar-se irreversível, em virtude da política econômica adotada pelo governo.

Ana Júlia destaca ações em favor da agricultura familiar

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou ontem os esforços do governo federal para viabilizar a agricultura familiar, dando especial destaque às realizações implementadas em seu estado. Ela disse que investimentos transferidos ao setor já beneficiaram cerca de 110 mil famílias no Pará. Na sua opinião, investimentos são resultado de intensa luta dos trabalhadores rurais no decorrer de muitos anos.

Entre as diversas ações do Executivo em favor do pequeno produtor rural, Ana Júlia destacou o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PADSS), que apresenta "perfil distributivo e inclusivo em termos socioculturais". Além disso, observou, o Ministério do Desenvolvimento Agrário está aplicando mais de R\$ 3 milhões na capacitação de agricultores do Pará, visando garantir maior valor agregado aos produtos dos pequenos empreendimentos.

Cristovam condena vinculação de verbas a universidades

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que rejeite dispositivo do projeto de reforma do ensino superior que vincula às universidades federais no mínimo 75% dos recursos que o Orçamento da União destina à educação pública. O senador qualificou a medida de imoral.

– Espero que o presidente Lula tenha o bom senso de não levar essa proposta adiante. Não há boa universidade em um país que não tenha boa educação básica. Temos que colocar todo o dinheiro que for possível para o ensino superior, mas não tirando da educação básica.



Cristovam pede que Lula rejeite proposta, por retirar recursos da educação básica

A seu ver, o ideal seria a elaboração de um projeto que aceite a premissa de que não existe boa universidade sem uma educação básica de qualidade.

Em apartes, ele foi apoiado por Alberto Silva (PMDB-PI) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Já Sibá Machado (PT-AC) disse que procurará o ministro da Educação, Fernando Haddad, para obter informações, antes de se posicionar sobre o assunto.

Mozarildo defende pleitos dos docentes do ensino superior

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a apelar ao governo federal para que atenda às reivindicações, principalmente de cunho salarial, dos professores das universidades federais que se encontram em greve.

O parlamentar defendeu o pagamento de salários mais altos para os professores das universidades instaladas nos locais mais remotos do país, como em Roraima, já que esses profissionais teriam mais gastos de manutenção e capacitação em relação aos dos grandes centros do país.

– As áreas de educação, saúde e segurança deveriam ter atenção especial do governo. Esse pessoal [das universidades federais]



Educação, saúde e segurança deveriam ter atenção especial, afirma Mozarildo

deveria ser bem remunerado, ter condições de se atualizar, mas o que vemos é que o essencial, que é o seu salário, não é levado a sério – disse.

Mozarildo lembrou documento encaminhado pelos senadores ao Ministério da Educação em setembro, solicitando a abertura de negociação com o comando nacional de greve. O pronunciamento recebeu apartes de Sibá Machado (PT-AC) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Pavan pede abertura de diálogo com fiscais federais em greve

Ao informar que liminar da Justiça obrigou ontem os fiscais federais agropecuários, em greve desde 7 de novembro, a voltarem ao trabalho, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) relatou, da tribuna, a preocupação dos produtores de aves e suínos com o prejuízo causado pela paralisação da categoria, responsável pelas autorizações de comercialização e exportação da carne.

Pavan fez um apelo ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, para que atenda às reivindicações dos fiscais. A seu ver, não basta obrigá-los a retornar

a seus postos, pois o problema só será resolvido quando o governo abrir o diálogo com a categoria.

– A falta de vontade política do governo para atender às reivindicações dos fiscais gerou prejuízos incalculáveis para os produtores de frango e suíno.

Pavan comemorou ainda aprovação de projeto de sua autoria (PLS 171/03) na Comissão de Educação, criando a Universidade Federal do Oeste Catarinense. Ele foi apartado por Osmar Dias (PDT-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC) e Heráclito Fortes (PFL-PI).



Segundo Ideli Salvatti, consórcio irá beneficiar 1.200 jovens da Grande Florianópolis

Ideli ressalta Consórcio da Juventude

Ao registrar sua participação, na segunda-feira, no lançamento do projeto Consórcio da Juventude, em Florianópolis, Ideli Salvatti (PT-SC) informou que a iniciativa, uma das ações do programa Primeiro Emprego, irá capacitar, preparar e incluir no mercado de trabalho jovens entre 16 e 24 anos sem experiência profissional e que têm dificuldades de encontrar uma ocupação. Segundo a senadora, o Consórcio da Juventude beneficiará 1.200 jovens da Grande Florianópolis.



Para Mão Santa, potencial turístico do estado não está sendo devidamente explorado

Mão Santa: governo do Piauí despreza turismo

Em discurso feito ontem, Mão Santa (PMDB-PI) enalteceu o potencial turístico do Piauí, mas lamentou que o setor não esteja sendo devidamente explorado. O senador criticou o governador do estado, José Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, dizendo que seu governo não tem investido no turismo.

Segundo Mão Santa, o governo do Piauí deixou de lado o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), criado para fortalecer o turismo dentro do estado.

Projeto de lei determina que bolsas excedentes do programa sejam destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas privadas, na condição de bolsista parcial

Comissão de Educação amplia acesso de estudantes a bolsas do ProUni

As bolsas excedentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) poderão ser destinadas a estudantes que tenham cursado parcial ou totalmente o ensino médio em escolas privadas, na condição de bolsista parcial. A possibilidade está prevista no Projeto de Lei 260/05, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovado por unanimidade em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE), ontem.

Segundo o relator do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o ProUni ofereceu, em seu primeiro ano, 112 mil bolsas integrais ou parciais, das quais 107 mil foram

utilizadas. Após a segunda rodada de inscrição no programa, no sistema de cotas para afrodescendentes e índios, teriam sobrado 45% de vagas parciais, por exemplo, nos cursos de Medicina.

– O excedente constatado é inadmissível num país como o nosso, onde as chances de acesso dos estudantes pobres à educação superior são minguadas – afirma em seu voto Cristovam, que considerou a proposta um aperfeiçoamento do ProUni.

Ao agradecer a aprovação de seu projeto pela comissão, Zambiasi disse que o texto procurava corrigir um erro inicial do programa, que

deixou milhares de jovens de fora das universidades.

A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, dois projetos que autorizam o Executivo a criar novas unidades de ensino. O PLS 171/03, do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), permite a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense. Já o PLS 156/05, do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), autoriza o governo a estabelecer a Escola Agrícola de Rio Branco (AC).

A comissão também decidiu promover audiência pública sobre o PLS 287/05, que institui mudanças na Lei Rouanet, de incentivo à cultura.



Gerson Camata preside reunião da comissão em que também foram aprovados projetos que autorizam a criação de novas unidades de ensino

Aprovada prorrogação de incentivos fiscais da Lei do Audiovisual

Os incentivos fiscais contidos na Lei do Audiovisual, que têm exercido um papel importante na construção da atual fase do cinema brasileiro, deverão ser prorrogados até 2016. A medida consta do Projeto de Lei 361/05, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), aprovado ontem em decisão terminativa e por unanimidade pela Comissão de Educação (CE).

Pouco antes da votação, o autor da proposta observou que a extensão dos incentivos por mais dez anos, além do prazo já estabelecido em lei, tem sido defendida por todos os setores envolvidos com a produção audiovisual brasileira. Caso a decisão não seja tomada com rapidez, alertou, o setor poderá enfrentar graves problemas na captação de novos investimentos.

Durante a discussão, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que nutria a expectativa de que partisse do próprio governo a iniciativa de renovação dos incentivos, que têm ajudado o cinema nacional, em sua

opinião, a experimentar uma fase de “muito prestígio” no Brasil e no exterior. Assim como o autor da proposta, Saturnino advertiu que os investidores já adotaram uma posição de cautela, à espera da possível prorrogação.

Na opinião do relator do projeto e presidente da CE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), o crescimento do cinema brasileiro ao longo dos últimos anos ocorreu principalmente devido ao aumento da captação de investimentos proporcionada pelo mecanismo dos incentivos fiscais. Como exemplo do novo momento da indústria audiovisual nacional, ele citou o sucesso do filme *Dois Filhos de Francisco*, que retrata a vida da dupla de cantores Zezé di Camargo e Luciano.

Também favorável ao projeto, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a Lei do Audiovisual já mostrou resultados durante a sua vigência e alertou que, caso se permita a interrupção dos incentivos, haverá um “retrocesso para a cultura brasileira”.

Fim da lista tríplice para reitor tem parecer favorável

Poderão ser extintas as listas tríplices para a escolha dos reitores das universidades federais, compostas pelos três nomes mais votados durante os processos eleitorais de cada unidade de ensino. As instituições terão autonomia para definir o processo de escolha de seus dirigentes, se for aprovado o Projeto de Lei da Câmara 95/03, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e deverá retornar àquela Casa, por ter sido modificado pelo Plenário do Senado.

O substitutivo aprovado determina que os estatutos das instituições federais de educação superior definirão a forma de escolha de seus dirigentes. Serão asseguradas, no caso dos dirigentes máximos, eleições diretas pelo conjunto da comunidade. Esses dirigentes, ainda segundo a proposta, terão mandato de cinco anos, vedada a reeleição, e deverão possuir o título de doutor.



Escolha do estado para sediar Cúpula Mundial da Família + 1 foi aclamada, diz Maria do Carmo

Maria do Carmo destaca evento em Sergipe

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou ontem a realização em seu estado, de 4 a 7 de dezembro, da Cúpula Mundial da Família + 1. A senadora informou que Sergipe foi escolhido para sediar a cúpula durante evento da Organização das Nações Unidas realizado na província de Sâmia, na China, no ano passado, e lembrou que, na ocasião, a escolha de Sergipe foi aclamada. Ela destacou o sucesso de projetos desenvolvidos em seu estado na área do atendimento à família.



Alberto Silva irá representar a Universidade Federal de Itajubá no Brasil e no exterior

Alberto Silva no conselho da Unifei

Alberto Silva (PMDB-PI) registrou convite que recebeu da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), em Minas Gerais, para que integre o recém-criado conselho da universidade, a qual o nomeou seu embaixador para representá-la no Brasil e no exterior.

O senador lembrou ter ingressado na então Escola Federal de Engenharia de Itajubá aos 17 anos, sendo o único representante do Nordeste na instituição. Ele recebeu apertes de Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI), que elogiaram o colega.



Saturnino registra maior evento voltado para a cultura hip hop da América Latina

Saturnino destaca entrega do Prêmio Hutúz

Ao comunicar que ocorre hoje no Canecão, no Rio de Janeiro, a entrega do Prêmio Hutúz aos alunos que se destacaram nos cursos ministrados pela Central Única de Favelas (Cufa), o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou a importância do evento para que jovens moradores das periferias das grandes cidades possam, pela expressão de sua arte, participar de intercâmbio sociocultural com outros segmentos.

De acordo com Saturnino, o Hutúz é o maior acontecimento voltado para a cultura hip hop da América Latina e o único do Brasil. A premiação foi criada no ano 2000 com a intenção de reconhecer e valorizar artistas do gênero em diversas categorias. O parlamentar explicou que, em grande parte, o festival é promovido por jovens de comunidades carentes.

O cantor e compositor Caetano Veloso, o escritor Frei Betto e o cineasta Cacá Diegues colaboraram ministrando cursos e vão participar da entrega da premiação. A Cufa, conforme esclareceu Roberto Saturnino, trabalha na mobilização da juventude por meio da promoção de cursos voltados para as artes e a cultura.

– Quase sempre são jovens negros que participam dessas atividades da cultura hip hop. Por meio dos cursos, eles encontram caminhos para o exercício artístico e profissional. Só no Rio de Janeiro os cursos são frequentados por cerca de 2 mil jovens. Atividades similares também são desenvolvidas em vários outros estados – informou Saturnino.

"Esta Casa está aberta não apenas a artistas consagrados, mas também a novos talentos", afirma presidente do Senado na abertura de mostra que pode ser visitada até dia 2

Senado inaugura a exposição Artistas Plásticos Brasileiros

Ao inaugurar a exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro do Congresso, na manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que eventos como esse mostram que a Casa promove e reforça a riqueza e a diversidade da cultura brasileira. Só este ano, informou, foram cerca de 80 exposições nos vários espaços do Senado.

– Esta Casa tem estado aberta não apenas para artistas consagrados, mas também para novos talentos – disse Renan, em discurso ao lado da idealizadora do evento, a artista plástica Verônica Calheiros, sua esposa.

O presidente enfatizou a iniciativa pioneira do Senado de reunir representantes das artes plásticas de todos os estados brasileiros numa só mostra. O envolvimento direto de cada um dos senadores na indicação de nomes representativos dos seus estados foi também destacado por Renan.



Verônica e Renan, ao lado de Dora Parentes, do Piauí, autora da obra *Ecologia X* (centro)

Na sua avaliação, isso contribuiu para que a mostra seja representativa da produção contemporânea de artes plásticas no Brasil.

– O resultado é um panorama, dos

mais ricos, da cultura de cada região.

Renan prometeu que no próximo ano o Senado fará uma exposição mais ampla, com mais representantes por estado.

Em 81 telas, a mostra da diversidade cultural do país

O Senado ficará com a cara da diversidade cultural brasileira até o próximo dia 2 de dezembro, quando se encerra a exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, no Salão Negro do Congresso. A mostra, que tem a finalidade de expor a riqueza artística de cada região, conta com 81 telas de artistas de todo o território nacional indicados pelos parlamentares de cada estado.

Além dos senadores, estiveram presentes à abertura da exposição deputados, embaixadores, diplomatas e artistas, que assistiram a um vídeo de quatro minutos, com imagens e músicas regionais de cada um dos 27 estados brasileiros e à apresentação de danças típicas regionais. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a mostra terá edições anuais, passando a fazer parte do calendário cultural e artístico da Casa.

Entre os senadores, não faltaram elogios à exposição: “Excelente, extraordinária e de altíssimo nível”, afirmou o senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO).

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a exposição é um mosaico da produção cultural dos artistas plásticos brasileiros.

– É o Senado se aproximando do coração do povo brasileiro. Esse é um evento que deveria se tornar tradição

no nosso Parlamento – destacou.

Demostenes Torres (PFL-GO) definiu a exposição como o casamento da política com a arte.

– Esse tipo de exposição é fundamental porque mostra nossa diversidade.

Oportunidade

Entre os expositores, destacavam-se vários de renome nacional e internacional. Italiana naturalizada brasileira, Maria Bonomi era uma das diversas celebridades presentes. Com obras espalhadas pelos principais museus do mundo e colecionadora de inúmeros prêmios nacionais e internacionais, a representante do estado de São Paulo assinalou que foi a primeira vez que conseguiu encontrar colegas de todos os estados em um único evento.

– Não há nada melhor que juntar representantes de todos os estados brasileiros para mostrar a nossa diversidade cultural – assegurou.

Para M. Cavalcanti, que veio representando Goiás, nessa parceria (Senado e artistas) “ganha a cultura e também esta Casa pela iniciativa sem precedentes”. Segundo o presidente da Comissão dos Artistas Plásticos Brasileiros, Paulo Lustosa, “essa exposição é uma oportunidade tanto para os artistas plásticos quanto para os senadores”.

Verônica Calheiros quer a arte ocupando espaços públicos

Artista plástica e esposa do presidente do Senado, Verônica Calheiros quer que a arte plástica saia dos museus e ocupe os espaços públicos brasileiros. Nesse sentido, inclusive, Renan Calheiros já informou que pretende incluir a exposição *Artistas Plásticos Brasileiros* no calendário de eventos da Casa. Na opinião de Verônica, idealizadora da mostra, é importante que o Senado propicie o acesso do público à arte e ofereça oportunidade para que os artistas exponham suas obras.

– A Casa está mais voltada para as artes e, ao dar prioridade aos artistas e pessoas que não têm chance de expor, se humaniza mais – afirmou Verônica.

A artista plástica Maria Bonomi participa da exposição com uma xilogravura, mas a predominância das obras é na técnica de pintura. Verônica disse que a idéia era que os senadores de cada estado indicassem um artista, não necessariamente pintor.

Verônica pretende levar essa exposição a todos os estados brasileiros e informou ainda ter a intenção de organizar no Senado exposições específicas de cada estado, para que mais artistas possam participar.



Serys apela a senadores para que se pronunciem pelo fim da violência contra as mulheres

Serys pede apoio à luta em favor da mulher

A senadora Serys Slhessarenko (PT-SC) conclamou ontem os parlamentares a participar dos eventos em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, que começam no dia 25 e se estendem até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Serys pediu que, nesses dias, os senadores façam pronunciamentos pelo fim da violência contra as mulheres. A senadora usava na blusa um laço branco, símbolo da luta contra a violência.



Para Heloísa, entidades do movimento negro "lutam com um misto de rebeldia e encanto"

Heloísa aplaude Marcha Zumbi dos Palmares

Heloísa Helena (PSOL-AL) saudou entidades ligadas ao movimento negro, “que lutam com um misto de rebeldia e encanto”, pela realização da 2ª Marcha Zumbi dos Palmares, ontem, em Brasília. A senadora fez uma referência especial às comunidades descendentes de quilombo, que estariam amargando situação de miséria e sofrimento. Segundo informou, das 743 comunidades remanescentes no país, apenas 36 conquistaram a titulação das terras.